Terminou a reunião da Comissão Mista Luso-Moçambicana

ALARGAMENTO DE CAHORA-BASSA PODE TER PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA

— admitiu António de Almeida

Portugal encara com abertura a sua eventual participação no alargamento do projecto da barragem de Cahora-Bassa Norte — disse ontem em Lisboa o secretário de Estado do Tesouro, António de Almeida.

António de Almeida, que falava no encerramento da reunião de dois dias da Comissão Mista Luso-Moçambicana sobre Cahora-Bassa, acrescentou que tal participação será encarada no âmbito da rendibilidade do projecto.

O alargamento da barragem de Cahora-Bassa está avaliado em cerca de cem milhões de contos.

Esta reunião foi o primeiro encontro entre os dois principais parceiros do projecto, depois da assinatura do acordo tripartido com a África do Sul no passado dia 2 de Maio, na cidade do Cabo.

A protecção e reparação das linhas foi o aspecto mais marcante deste encontro — disseram fontes das duas delegações.

A reunião agora concluída visou igualmente a troca de informações sobre o esquema de defesa das linhas que está a ser garantido pela África do Sul e por Moçambique.

Neste momento, 23 postes de transporte de energia estão no chão, mas a quase totalidade da linha está sob controlo — disseram fontes próximas da reunião.

A construção da central de Chibate e o pedido de reserva de energia do complexo por parte de Moçambique foram outros aspectos abordados nesta reunião.

A delegação moçambicana foi chefiada pelo ministro da Indústria, António Branco, e integrava, para além de vários técnicos, o embaixador de Moçambique em Lisboa, João Baptista Cosme.

Pela parte portuguesa assistiram aos trabalhos, para além do chefe da delegação, técnicos ligados ao empreendimento e o embaixador em Maputo, Paulouro das Neves.

O ministro da Indústria moçambicano confirmou que a África do Sul está a fornecer os meios logísticos e Moçambique os humanos para garantirem a defesa dos cerca de 700 quilómetros de linha em território moçambicano.

Ao abrigo do acordo existente para a defesa do empreendimento, de cuja energia eléctrica a África do Sul é o principal consumidor, Pretória está a contribuir para a protecção das linhas — indicou o ministro, em confirmação de notícias que no último fim-de-semana haviam surgido em algumas capitais africanas.

Aliás, a protecção e reparação das linhas de Cahora-Bassa e do plano para a construção de uma segunda central naquele ponto do rio Zambeze, desta vez na margem norte, constituíram os assuntos mais importantes debatidos na reunião.

Portugal poderá vir a aceitar a ideia de nova central desde que fique demonstrada a utilidade da mesma — indicou à Imprensa o secretário de Estado do Tesouro.

Portugal, que enquanto potência administrante de Moçambique antes de 1974, levantou a barragem de Cahora-Bassa, continua a ser o principal proprietário do empreendimento e sofre enormes prejuízos sempre que não é possível vender energia de lá para a República da África do Sul.

Nessa base, não tendo sido ainda indemnizado de tudo aquilo que gastou para construir a central Sul, o Estado português encara normalmente com cepticismo os planos moçambicanos de uma nova central em Cchora-Bassa, obra que segundo António de Almeida poderia vir a ser orçada no equivalente a mais de 100 milhões de contos.